

6 Anos: Brasil

O plano na visão do Governo

J. CARLOS DE ASSIS

A recessão não está no campo das preocupações da equipe governamental que, ontem, na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, realizou uma primeira avaliação sistemática do programa de estabilização. Os principais expositores preferiram invocar os louros pela derrubada da inflação de um golpe, a oferecer uma visão prospectiva da política econômica que será implementada douravante. Não conseguiram reverter um certo estado de ânimo pessimista que, justificadamente ou não, já começo a tomar conta do Congresso Nacional.

Há duas questões centrais que alimentam esse pessimismo, de forma mais ou menos explícita. Primeiro, a insegurança quanto à inflação. Por mais estimulante que tenha sido o índice da Fipe, de pouco mais de 3% comparados aos 84% do IPC de abril, não há como desconsiderar o fato de que reflete, antes de mais nada, uma mudança de metodologia de cálculo em condições de salários congelados. Além disso, subsiste a memória desconfortável dos três planos anteriores. Em todos, menos o Cruzado, a estabilização foi um fato efêmero. No Cruzado foi uma diferença só de tempo.

A segunda questão, mais difusa, é a insegurança quanto ao nível de atividade e do emprego. Os indicadores revelam sinais preocupantes de recessão, reconhecida pelo Governo apenas como um ajuste necessário à economia estabilizada. Não é o que parece à maioria dos dirigentes sindicais, a uma parte ao menos do empresariado e a alguns líderes políticos. Em São Paulo, de acordo com o Deputado Afif Domingos, a insegurança quanto ao emprego já despontou como a primeira preocupação da população numa pesquisa de opinião.

A combinação da volta da inflação com recessão crescente não apenas caracterizaria o fracasso do plano, como exporia o País a uma forte instabilidade social e política. A equipe econômica está subestimando este risco, seja aceitando a queda da atividade e do emprego como um ajuste inevitável, seja demonstrando um excesso de confiança nos instrumentos de política monetária e fiscal para manter a inflação baixa. Na exposição do Secretário de Planejamento, Marcos Fonseca, por

exemplo, falando em nome da Ministra Zélia, esta era a mensagem implícita.

O Secretário mencionou que, na ausência do plano, as estimativas de necessidades de financiamento do setor público atingiam 8% do PIB. No orçamento fiscal, se fossem deduzidas das receitas as transferências constitucionais e os juros da dívida pública, o déficit, sem contar qualquer outra despesa corrente do Governo federal, já seria de 2% do PIB este ano. A conclusão óbvia, que ele não quis tirar, é que o problema do setor público era de ordem principalmente financeira. Era mais consequência da inflação que sua causa.

Não há dúvida de que, em termos quantitativos, a simples redução de despesa com juros da dívida mobiliária implicada pelo bloqueio dos ativos representou uma melhoria imediata do orçamento fiscal deste ano. Entretanto, nem o Secretário, nem o Presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, explicaram por que se reinstituiu o open e o over, base da ciranda financeira geradora de uma nova dívida pública em cruzeiros, quando o Governo está temporariamente superavitário. De fato, a não ser pela escala menor, o Estado se meteu de novo numa armadilha financeira, que se não produz inflação, pelo menos tende a perpetuar a inflação que surge por outros motivos.

Quanto ao comportamento dos preços, Marcos Fonseca remete o problema às virtualidades da concorrência no mercado livre. Isso pode ser um louvável objetivo ideológico, do ponto de vista liberal, mas não se traduz em mecanismos operativos concretos na situação brasileira. Mesmo se quiséssemos disciplinar os preços dos oligopólios internos por sua exposição à concorrência externa, não teríamos caixa para isso. Nem financiadores externos, sobretudo quando não temos sequer uma diretiva clara para conduzir o contencioso da dívida externa.

Estes não são problemas gerados pelo plano, mas problemas estruturais da economia brasileira que não se resolvem por mágica. Como não se resolverá pelo truque da livre negociação a questão distributiva entre salários e lucros, que está por trás das tensões inflacionárias em qualquer economia capitalista. Sobre isso, limitou-se o Ministro Magri a repetir o clichê de que a livre negociação é o "desafio da modernidade". Talvez seja. Só que o caminho da modernidade, em qualquer democracia avançada, foi aberto pelo firme compromisso do Estado com políticas de pleno emprego. Ou com políticas de desenvolvimento, quando se trata de economias retardatárias. Quando esse compromisso se relaxa, a perspectiva é de retorno à barbárie.